



Santander Auto S.A.

CNPJ nº 30.617.319/0001-21

portal.santanderauto.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Santander Auto S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **A empresa:** Através da parceria entre HDI Seguros S.A. e o Banco Santander Brasil criou-se a Santander Auto S.A., com intuito de comercializar seguros de automóveis de forma 100% digital. **O Grupo:** A Companhia é integrante dos grupos HDI e Santander. Suas controladoras diretas são HDI Seguros S.A. e SANCAP Investimentos e Participações S.A. **Resultados e evolução patrimonial:** A Companhia registrou o total de R\$ 656 milhões de prêmios emitidos (R\$ 355 milhões em 2024), e R\$ 73 milhões de lucro líquido (R\$ 52 milhões em 2024). Para sustentar essa operação, a Santander Auto conta com ativos de R\$ 657 milhões (R\$ 402 milhões em 2024) e reservas de R\$ 491 milhões (R\$ 252 milhões em 2024). Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos de todas as marcas ainda mais competitivos no mercado. **Perspectivas e planos da Administração para 2026:** O foco

da companhia é oferecer as melhores experiências para clientes, corretores, parceiros e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. **Cumprimento das Disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025**

Tabela - Política de Equidade (Lei nº 15.177/2025) - Grupo HDI			
Indicador		2025	2024
Mulheres - Líderes		36%	35%
Mulheres - Não Líderes		56%	54%
Executivos - Mulheres		16%	17%
Conselho - Mulheres		17%	14%
Remuneração feminina vs. masculina - Líderes		78%	77%
Remuneração feminina vs. masculina - Não Líderes		79%	81%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO.....	Nota	2025	2024
CIRCULANTE.....		370.938	170.197
Disponível.....		2.009	1.550
Caixa e bancos.....		2.009	1.550
Aplicações.....	5	101.980	85.420
Créditos das operações com seguros e resseguros.....	6a	44.559	33.238
Prêmios a receber.....	6b	43.843	32.874
Operações com resseguradoras.....		716	364
Outros créditos operacionais.....		610	375
Ativos de resseguros e retrocessão.....	7a	2	2
Títulos e créditos a receber.....		3.205	2.167
Títulos e créditos a receber.....	8.1	656	—
Créditos tributários e previdenciários.....	8.2	2.340	2.099
Outros créditos.....		209	68
Outros valores e bens.....	9a	4.445	3.833
Bens à venda.....		4.445	3.833
Despesas antecipadas.....		39	38
Custos de aquisição diferidos.....	10	214.089	43.574
Seguros.....		214.089	43.574
ATIVO NÃO CIRCULANTE.....		285.781	232.137
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....		280.341	226.374
Aplicações.....	5	273.396	217.208
Títulos e créditos a receber.....		2.878	3.191
Créditos tributários e previdenciários.....	8b	2.878	3.191
Custos de aquisição diferidos.....	10a	4.067	5.975
Seguros.....		4.067	5.975
IMOBILIZADO.....	11a	13	334
Bens móveis.....		13	334
INTANGÍVEL.....	12a	5.427	5.429
Outros intangíveis.....		5.427	5.429
TOTAL DO ATIVO.....		656.719	402.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	41.000	3.329	29.169	27	—	73.525
Ajuste adoção inicial CPC 48.....	—	—	(79)	1	—	(78)
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras.....	—	—	—	38	—	38
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	—	—	—	1	—	1
Lucro líquido do exercício.....	—	—	—	—	51.576	51.576
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal.....	—	2.579	—	—	(2.579)	—
Reserva de retenção de lucros.....	—	—	36.747	—	(36.747)	—
Juros sobre o capital próprio.....	—	—	—	—	(5.060)	(5.060)
Dividendos.....	—	—	—	—	(7.190)	(7.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	41.000	5.908	65.837	67	—	112.812
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras.....	—	—	—	70	—	70
Lucro líquido do exercício.....	—	—	—	—	72.978	72.978
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal.....	—	2.292	—	—	(2.292)	—
Reserva de retenção de lucros.....	—	—	53.712	—	(53.712)	—
Juros sobre o capital próprio.....	—	—	—	—	(9.765)	(9.765)
Dividendos.....	—	—	(55.398)	—	(7.209)	(62.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	41.000	8.200	64.151	137	—	113.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santander Auto S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de ramos elementares em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041/2235, 19º andar, Parte - Vila Olímpia, São Paulo. O capital da Companhia é detido em bases iguais pelas empresas HDI Seguros S.A. e Sancap Investimentos e Participações S.A. Os controladores em última instância são a HDI V.A.G. com sede em Hannover - Alemanha e Banco Santander S.A. com sede em Madri - Espanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em atendimento à Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pela SUSEP. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2026, e sua aprovação ocorreu pelo Conselho de Administração na mesma data. **2.1 Base para mensuração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, utilizando o custo histórico como base, exceto para certos ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional e de apresentação é o Real (R\$). As informações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração aplicou estimativas e julgamentos que impactam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas podem ser revistas caso ocorram alterações nas circunstâncias que lhes deram origem ou em decorrência de novas informações ou maior experiência, sendo que os efeitos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas indicadas a seguir apresentam informações sobre julgamentos relevantes na aplicação das políticas contábeis, que possuem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, bem como sobre incertezas relacionadas às estimativas que podem resultar em desfechos significativamente diferentes dos valores contabilizados: • Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.7 e 16 - Provisões técnicas; • Notas 3.12 e 17 - Provisões judiciais; • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.3 Novas normas e interpretações:** **2.3.1. Mudanças de políticas contábeis e divulgação adotadas pela Companhia: Alteração na classificação contábil dos Prêmios a Restituir:** A partir de 1º de janeiro de 2025, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia passou a contabilizar os Prêmios a Restituir no Grupo Provisões Técnicas - Seguros, até então contabilizados no grupo Outras contas a pagar. O balanço patrimonial de 2024, apresentado para fins de comparação, não foi representado para incorporar tal alteração, conforme determinado pela SUSEP por meio do OFÍCIO CIRCULAR ELETRÔNICO Nº 4/2025/COMOC/CGMOP/ DISUP/SUSEP. **2.3.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referendado pela SUSEP.

2.3.3. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Normas emitidas pela IFRS® Foundation

As seguintes alterações foram emitidas pela IFRS® Foundation, mas não estavam em vigor para o exercício de 2025. Ressalta-se que a adoção antecipada não é permitida no Brasil, conforme determinações da SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

Norma	Objetivo Principal	Data de Vigência
Melhorias anuais volume 11 (IFRS 10, IFRS 9, IFRS 1, IFRS 7/IAS 7)	Ajustes pontuais para clareza e consistência em consolidação, instrumentos financeiros e apresentação de fluxos de caixa.	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Revisão na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo contratos vinculados à geração de energia.	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Substitui parte do IAS 1, trazendo maior comparabilidade e transparência na apresentação das demonstrações.	01/01/2027 (aplicação retrospectiva)
IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas	Simplificação para subsidiárias que aplicam IFRS sem obrigação pública de prestação de contas.	01/01/2027

A Companhia ainda não concluiu e dos impactos da futura adoção dessas normas sobre suas demonstrações financeiras, quando aplicável.

Reforma tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária sobre o consumo, alterando a estrutura de tributos federais, estaduais e municipais, com impactos relevantes para o setor de seguros. A implementação ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma definido pela legislação e regulamentações complementares. As Leis Complementares 214/2025 e 227/2026 definem as regras operacionais, alíquotas e obrigações acessórias aplicáveis ao setor. **Impactos e implementações futuras para seguradoras:** A Reforma implicará ajustes nos processos de apuração, sistemas de faturamento, modelos de precificação e obrigações acessórias, exigindo adequação às novas regras de incidência sobre operações de seguros. **Plano de implementação da companhia:** A Companhia já elaborou seu plano de implantação das alterações necessárias, com base na regulamentação vigente e nos sistemas e modelos disponíveis até a presente data. A Companhia já iniciou estudos para adequação às mudanças previstas. **Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois, que visam reformar a tributação corporativa internacional para garantir que grupos multinacionais paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva calculada nesse modelo é denominada *GloBE effective tax rate*. Essas regras dependem de aprovação pela legislação local de cada país. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, permitindo isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação do Pilar Dois. No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, instituiu, a partir de 1º de janeiro de 2025, um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais, como parte da adaptação às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras *GloBE*). O objetivo é garantir tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados, alinhando-se ao modelo da OCDE e assegurando que os tributos sejam recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados. A Companhia realizou o teste de *safe harbor* e não espera aumento da carga tributária no Brasil em decorrência da aplicação das referidas regras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário disponível em caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras com vencimento original inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição, que apresentam insignificante risco de alteração no valor justo. Esses ativos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia e estão registrados na rubrica "caixa e bancos" nas demonstrações financeiras. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exceção à alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros

Indicadores baseados em salário mediano e remuneração média (fixa, variável e eventual). A metodologia compara grupos amplos sem considerar função específica, área, senioridade ou desempenho, não atendendo aos critérios da Lei 14.611/2023 e do art. 461 da CLT, que exigem comparação por função equivalente ou trabalho de igual valor. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI e Santander, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024			
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos.....	19.1	655.556	354.977
Variações das provisões técnicas de prêmios.....	19.2	(244.576)	(56.290)
PRÊMIOS GANHOS.....		410.980	298.687
Sinistros ocorridos.....	19.3	(115.688)	(107.910)
Custos de aquisição.....	19.4	(134.129)	(66.964)
Outras receitas e despesas operacionais.....	19.5	(12.879)	(8.448)
Resultado com resseguro.....	19.6	(741)	(315)
Receita com resseguro.....		(127)	334
Despesa com resseguro.....		(614)	(649)
Despesas administrativas.....	19.7.1	(59.410)	(50.948)
Despesas com tributos.....	19.7.2	(16.763)	(11.671)
Resultado financeiro.....	19.8	43.962	28.826
RESULTADO OPERACIONAL.....		115.332	81.257
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....		71	—
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES.....		115.403	81.257
Imposto de renda.....	19.9	(25.475)	(17.393)
Contribuição social.....	19.9	(15.853)	(10.926)
Participações sobre o lucro.....		(1.097)	(1.362)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		72.978	51.576
Quantidade de ações.....		44.903.896	44.903.896
Lucro líquido por ação - R\$.....		1,63	1,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024		
(Em milhares de reais)		
	2025	2024
Lucro líquido do exercício.....	72.978	51.576
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras.....	116	63
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes.....	(46)	(25)
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	—	1
Resultados abrangentes.....	70	39
Total dos resultados abrangentes.....	73.048	51.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024		
(Em milhares de reais)		
	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício.....	72.978	51.576
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios.....	244.576	56.290
Variação do custo de aquisição diferido.....	(168.607)	(13.871)
Variação da despesa de resseguro.....	614	(1)
Depreciações e amortizações.....	1.344	1.421
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	199	206
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações.....	(72.748)	(66.762)
Créditos das operações de seguros e resseguros.....	(11.519)	(17.990)
Outros créditos operacionais.....	(235)	(276)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas.....	(614)	(1)
Títulos e créditos a receber.....	(725)	(2.466)
Outros valores e bens.....	(612)	(2.682)
Despesas antecipadas.....	(1)	143
Contas a pagar.....	52.991	12.653
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	6.370	4.819
Depósito de terceiros.....	1.095	3.783
Provisões técnicas - seguros.....	(5.101)	11.332
Outros débitos.....	(19)	63
Caixa gerado pelas operações.....	119.986	38.237
Impostos sobre o lucro pago.....	(39.016)	(30.374)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	80.970	7.863
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível.....	(1.021)	(1.532)
Ganho e perda em ativo imobilizado.....	71	—
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento.....	(950)	(1.532)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos.....	(79.561)	(5.060)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento.....	(79.561)	(5.060)
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa..	459	1.271
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	1.550	279
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	2.009	1.550
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa..	459	1.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI Test:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação às normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+ para AA) para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANTANDER AUTO S.A. (Em milhares de reais)

Estágio 2 para estágio 3: *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos de contratos não proporcionais e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros mensuráveis com confiabilidade. Despesas de reparo e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada dos bens. **3.6 Ativo intangível:** São classificados como ativos intangíveis os softwares desenvolvidos internamente, as licenças de uso de softwares de terceiros que não sejam essenciais para o funcionamento dos hardwares, bem como as despesas relacionadas à sua implantação. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo histórico, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, com base em vida útil estimada, sendo apropriada ao resultado do exercício. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21, suas alterações posteriores, e com a Resolução CNSP nº 432/21, observando critérios, parâmetros e fórmulas definidos nas Notas Técnicas Atuariais (NTA).

A seguir, descrevem-se as principais provisões: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE):** corresponde à parcela da receita a ser apropriada pelo regime de competência, considerando o prazo de cobertura dos riscos assumidos e já emitidos na data-base. É calculada pelo método *pro rata die* sobre o prêmio comercial, incluindo cosseguro aceito, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido. **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** complementa a PPNG-RVE, abrangendo riscos assumidos cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo utiliza metodologia baseada em triângulos de *run-off*, considerando o intervalo entre início de vigência e emissão das apólices do histórico de emissões, acrescido das informações conhecidas na data-base. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** refere-se à estimativa de pagamentos para sinistros avisados e pendentes de liquidação, brutos de resseguro e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido. Os valores são atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** destinada à cobertura de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. É calculada com base em metodologias atuariais consagradas, incluindo Desenvolvimento de Sinistros Avisados (DFM), Sinistralidade Esperada e Bornhuetter-Ferguson (BF), utilizando triângulos de *run-off*. Para sinistros judiciais, aplica-se desconto financeiro sobre fluxos futuros, utilizando taxas prefixadas da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER):** realizado de forma agregada para sinistros não pagos, com base em metodologias como Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter-Ferguson. Aplica-se desconto financeiro sobre fluxos futuros, utilizando taxas prefixadas da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** abrange despesas esperadas com sinistros ocorridos, incluindo Despesas Allocáveis (ALAE), Não Allocáveis (ULAE) e sucumbência. **• ALAE e Sucumbência:** Estimadas com base em histórico e triângulos de *run-off*. **• ULAE:** Calculada pela relação entre despesas e indenizações pagas, via teste de consistência. A atualização é feita por incremento mensal, com rateio entre ALAE, ULAE e sucumbência. **Política de Atualização e Revisão das Metodologias:** As metodologias utilizadas para constituição das provisões técnicas são periodicamente revisadas e atualizadas, conforme exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. Essas revisões são formalizadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), garantindo aderência às normas da SUSEP e à Resolução CNSP nº 432/21. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia realiza o teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base. Os contratos são agrupados por ramos, conforme a Circular SUSEP nº 682/22, considerando a homogeneidade de riscos. O teste consiste na comparação entre o valor contábil das provisões técnicas e a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes, trazidos a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ), opção prefixada, conforme determinações da SUSEP. Os fluxos incluem sinistros ocorridos (avisados e não avisados), sinistros a ocorrer, despesas administrativas, impostos e recuperações, considerando premissas atuariais fundamentadas em histórico contábil e expectativas de evolução da carteira. Caso seja identificada insuficiência, a Companhia reconhece imediatamente a perda no resultado do período, mediante constituição de provisões adicionais aos passivos de seguros. A referida insuficiência somente deve ser contabilizada se apurada no total, ou seja, considerando a soma de todos os agrupamentos. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, o TAP não indicou necessidade de ajuste nas provisões técnicas. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade por agrupamento de ramos, baseada em série histórica de até 60 meses, resultando em sinistralidade global de 26,97%. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados e os sinistros a ocorrer, acrescidos das respectivas despesas, deduzidos dos custos de aquisição e cancelamento. O resultado consolidado do TAP está apresentado abaixo.

Prêmios registrados:

Grupo de ramo

Provisões contabilizadas

Fluxo realista

Suficiência

Automóvel242.056164.670(77.386)

Total242.056164.670(77.386)

Prêmios não registrados:

Grupo de ramo

Fluxo de caixa estimado

Habitacional520

Total520

Política de Atualização e Revisão das Metodologias:

As metodologias utilizadas no TAP são revisadas periodicamente, considerando exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. **3.9 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos decorrentes de operações de seguros e resseguros e depósitos de terceiros. Esses passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. As obrigações são baixadas quando liquidadas ou quando não houver expectativa de saída futura de recursos para sua quitação. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos aos empregados são registrados no grupo de Despesas Administrativas, sob a rubrica Despesas com Pessoal, conforme as seguintes técnicas de mensuração: Benefícios de curto prazo e por desligamento são mensurados pelo valor não descontado que se espera pagar quando a obrigação é liquidada. Planos de contribuição definida são reconhecidos pelo valor das contribuições devidas no período. A Companhia não concede benefícios pós-emprego definidos nem planos de remuneração baseados em ações. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil por mês. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com Imposto de Renda e CSLL compreende os valores reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. **• Imposto corrente:** corresponde ao valor a pagar sobre o lucro tributável, calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. **• Imposto diferido:** reconhecido sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais. Um ativo de imposto diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias quando for provável a existência de lucros futuros tributáveis suficientes para sua realização. Esses ativos são revisados a cada data de balanço e desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam sua utilização. **3.12 Provisões judiciais:** As provisões são constituídas pelo valor estimado dos desembolsos relacionados a ações judiciais em curso cuja probabilidade de desembolso futuro seja considerada provável, conforme avaliação da Administração e dos assessores jurídicos. Contingências ativas não são reconhecidas até que haja decisão favorável definitiva ou celebração de acordo. **3.13 Classificação dos contratos de seguro:** São classificados como contratos de seguro aqueles em que a Companhia assume risco de seguro significativo do segurado, comprometendo-se a indenizá-lo caso ocorra evento futuro, incerto e específico que lhe cause prejuízo. Os contratos de resseguro são tratados como contratos de seguro, por também transferirem risco significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas de resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios correspondentes, enquanto as relativas a resseguros não proporcionais são apropriadas conforme o período de cobertura dos contratos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Stefanello Dal Ri - Presidente

Denis Ferro Junior - Vice-Presidente

Cezar Augusto Janikian - Membro Efetivo

Reinaldo Amorim Lopes - Membro Efetivo

Igor Di Beo - Membro Suplente

Eduardo Alvarez Garrido - Membro Suplente

Marcos Machini - Membro Suplente

Enrique Cesar Suarez Fragata Lopes - Membro Suplente

Gustavo da Rocha Rodrigues

Diretor Administrativo-Financeiro

Rafael de Gouveia Ramalho

Diretor Presidente / Diretor Técnico

Karen Ferraz de Aguiar Schiavon

Diretora de Controles Internos

Mirela Barboza Pontes - Atuária Responsável Técnico - MIBA 1916

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da HDI Seguros S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da Santander Auto S.A. - “As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, bem como o relatório do comitê de auditoria sobre essas

demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>. Os referidos relatórios do auditor independente, do auditor atuarial independente e do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 2026, sem modificações.” O relatório do

auditor independente foi emitido em 26 de fevereiro de 2026, e o relatório do auditor atuarial independente em 26 de fevereiro de 2026.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

ESTADÃO



QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS

E ATOS SOCIETÁRIOS

NO ESTADÃO.

+ VISIBILIDADE

+ CREDIBILIDADE

RESULTADOS QUE FAZEM A DIFERENÇA



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ESTADÃO



ESTADÃO RI



rádio dos melhores ouvintes

ELDORADO FM

Uma parceria de conteúdo com a Fundação Brasil 2000

107.3

ESTADÃO

BLUE STUDIO



AGÊNCIA ESTADO

broadcast